EDUCAÇÃO DO CAMPO, POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO CONTEXTO BRASILEIRO

Leonardo Cunha Borges
Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Catalão
E-mail: leocunhaborges@hotmail.com

Sidineya Aires de Medeiros
Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Morrinhos
E-mail: sidineya.medeiros@ifgoiano.edu.br

Ramofly Bicalho
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Campus Seropédica
E-mail: ramofly@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo no Brasil constitui-se como expressão das lutas históricas dos movimentos sociais camponeses por reconhecimento, direitos e acesso a uma educação socialmente referenciada. Mais do que uma modalidade educacional, trata-se de um projeto político-pedagógico que questiona a lógica hegemônica da educação rural tradicional, marcada pela descontextualização dos conteúdos, pela invisibilização dos sujeitos do campo e pela reprodução de modelos urbanos de escolarização.

Nesse sentido, a Educação do Campo emerge como uma construção contra-hegemônica, vinculada às demandas concretas das populações camponesas e à defesa de seus territórios, modos de vida e identidades culturais. Arroyo (2012) destaca que essa proposta educativa se fundamenta na centralidade dos sujeitos coletivos, reconhecendo-os como protagonistas na produção do conhecimento e na definição dos projetos educativos. Trata-se, portanto, de uma educação que não apenas se realiza no campo, mas que se constrói a partir dele, em diálogo com suas especificidades sociais, econômicas e culturais.

A institucionalização da Educação do Campo como política pública está diretamente relacionada ao processo de redemocratização do país e à promulgação da Constituição Federal de 1988, que consagra a educação como direito social

fundamental. Entretanto, conforme ressaltam Caldart (2009) e Molina (2015), a efetivação desse direito para as populações do campo não se deu de forma automática, sendo resultado da intensa mobilização dos movimentos sociais, especialmente no contexto da luta pela terra e pela reforma agrária.

Nesse processo, destacam-se iniciativas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e a criação das Licenciaturas em Educação do Campo, que representam avanços importantes na ampliação do acesso à educação superior e na formação de professores comprometidos com as realidades dos territórios camponeses. Contudo, tais políticas se desenvolvem em meio a tensões e disputas, evidenciando os limites e contradições do Estado na implementação de uma educação verdadeiramente emancipadora.

Diante desse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre as políticas públicas de Educação do Campo e a formação de professores, problematizando seus avanços e limites no desenvolvimento das comunidades camponesas. Parte-se da compreensão de que a formação docente constitui elemento central para a consolidação desse projeto educativo, na medida em que envolve não apenas a transmissão de conhecimentos, mas a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a realidade social dos sujeitos do campo.

Assim, a problemática que orienta este estudo consiste em compreender em que medida as políticas públicas de Educação do Campo têm contribuído para a construção de uma educação crítica e emancipadora, capaz de promover a permanência dos sujeitos em seus territórios, fortalecer suas identidades e ampliar suas possibilidades de participação social. A relevância deste estudo reside na necessidade de aprofundar o debate sobre os desafios contemporâneos da Educação do Campo, especialmente no que se refere à continuidade das políticas públicas, à valorização da formação docente e à consolidação de uma educação comprometida com a justiça social e o desenvolvimento sustentável.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa, de natureza descritivo-analítica, fundamentada em revisão bibliográfica e

documental. A opção por esse delineamento metodológico justifica-se pela necessidade de compreender a Educação do Campo em sua complexidade, considerando seus fundamentos teóricos, suas bases políticas e suas implicações no campo das políticas públicas educacionais.

O percurso metodológico foi orientado pela análise de produções acadêmicas relevantes no campo da Educação do Campo, com destaque para autores como Arroyo (2012), Caldart (2009) e Molina (2015), cujas contribuições são fundamentais para a compreensão das relações entre educação, território e sujeitos sociais. Além disso, foram examinados documentos oficiais e legislações que estruturam as políticas públicas voltadas à educação nos territórios camponeses, especialmente no que se refere à formação de professores.

A análise dos dados foi conduzida a partir de uma perspectiva crítica, compreendendo a Educação do Campo como um campo em disputa, atravessado por diferentes projetos societários e educacionais. Nesse sentido, buscou-se identificar convergências e contradições entre os referenciais teóricos e as políticas públicas implementadas, evidenciando seus avanços, limites e desafios.

Do ponto de vista analítico, adotou-se uma abordagem interpretativa, com ênfase na articulação entre teoria e prática, permitindo compreender como as políticas públicas de Educação do Campo se materializam no contexto da formação docente. Esse movimento analítico possibilitou a construção de uma leitura crítica acerca das condições de implementação dessas políticas e de seus impactos nos territórios camponeses.

DISCUSSÃO DOS DADOS

A Educação do Campo configura-se como um projeto político-pedagógico que emerge das lutas históricas dos sujeitos do campo por reconhecimento, direitos e valorização de seus modos de vida. Nesse sentido, não se trata apenas de uma política educacional, mas de uma proposta que tensiona o modelo tradicional de educação, ao reivindicar a centralidade dos sujeitos coletivos e de seus territórios na construção do

conhecimento. Arroyo (2012) destaca que a Educação do Campo representa uma ruptura com a lógica escolar hegemônica, ao incorporar os saberes populares e as experiências concretas dos sujeitos como elementos constitutivos do processo educativo.

Caldart (2009) reforça essa compreensão ao afirmar que a Educação do Campo se estrutura na articulação entre educação, trabalho, cultura e território, configurando-se como um projeto formativo mais amplo, que ultrapassa os limites da escola. Nesse contexto, a escola do campo assume um papel estratégico na construção de identidades e na produção de conhecimentos comprometidos com a realidade social dos sujeitos, contribuindo para processos de emancipação e fortalecimento das comunidades camponesas.

No âmbito das políticas públicas, observa-se que a institucionalização da Educação do Campo representa um avanço significativo, sobretudo no que se refere à ampliação do acesso à educação superior e à formação de professores. Molina (2015) destaca que as Licenciaturas em Educação do Campo constituem uma estratégia fundamental para a formação docente, ao propor uma organização curricular baseada na interdisciplinaridade e na alternância entre tempo universidade e tempo comunidade. Essa proposta busca romper com modelos tradicionais de formação, promovendo uma maior articulação entre teoria e prática.

Entretanto, a efetivação dessas políticas ainda enfrenta limites importantes. A descontinuidade institucional, decorrente de mudanças nas agendas governamentais, compromete a consolidação das ações desenvolvidas. Além disso, a insuficiência de financiamento público e as dificuldades de implementação nos territórios camponeses evidenciam a fragilidade dessas políticas, frente às dinâmicas políticas e econômicas mais amplas.

Outro aspecto relevante, refere-se às condições de trabalho e à valorização dos professores que atuam no campo. Apesar dos avanços na formação inicial, persistem desafios relacionados à precarização do trabalho docente, à ausência de políticas de fixação de profissionais no campo e à dificuldade de reconhecimento das especificidades da docência no campo. Tais fatores impactam diretamente a qualidade da educação ofertada e a continuidade dos processos educativos.

A atuação dos movimentos sociais, especialmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), permanece como elemento central na construção e defesa da Educação do Campo. Como apontam Caldart (2009) e Molina (2015), a manutenção e o avanço dessas políticas dependem da continuidade das lutas sociais e da capacidade de articulação entre diferentes atores sociais. Nesse sentido, a Educação do Campo se afirma como um campo em permanente disputa, no qual se confrontam projetos educativos distintos.

CONCLUSÕES

A análise desenvolvida neste estudo evidencia que a Educação do Campo representa um avanço significativo na construção de uma educação socialmente referenciada, comprometida com as realidades dos sujeitos do campo e com a transformação social. Ao articular educação, território e identidade, esse projeto educativo contribui para a valorização dos saberes camponeses e para o fortalecimento das comunidades campesinas, conforme destacam Arroyo (2012) e Caldart (2009), ao enfatizarem a centralidade dos sujeitos coletivos e das práticas territoriais na construção do conhecimento.

As políticas públicas implementadas nas últimas décadas, especialmente aquelas voltadas à formação de professores, como as Licenciaturas em Educação do Campo, desempenham papel fundamental nesse processo, ao ampliar o acesso à educação superior e promover práticas formativas mais contextualizadas. Tais iniciativas representam conquistas importantes no reconhecimento das especificidades da educação nas comunidades camponesas, conforme evidenciado por Molina (2015), ao discutir os avanços e os desafios da formação docente no campo.

Entretanto, a consolidação da Educação do Campo como política pública estruturante ainda enfrenta desafios relevantes. A descontinuidade das ações governamentais, a limitação de recursos financeiros e as dificuldades de implementação nos territórios evidenciam a fragilidade dessas políticas frente as dinâmicas institucionais e políticas do Estado. Nesse sentido, Frigotto (2010) destaca que as políticas educacionais estão inseridas em uma lógica socioeconômica mais ampla, que condiciona seus alcances e limita suas possibilidades de efetivação.

Além disso, a valorização dos profissionais da educação e a melhoria das condições de trabalho permanecem como desafios centrais para a efetividade dessas ações. A formação docente, nesse contexto, constitui elemento estratégico, sendo responsável pela mediação entre os referenciais teóricos da Educação do Campo e sua materialização nas práticas educativas, conforme aponta Molina (2015).

Nesse contexto, torna-se evidente que a Educação do Campo não pode ser compreendida apenas como uma política educacional, mas como um projeto de sociedade, que envolve disputas em torno do modelo de desenvolvimento, da distribuição de recursos e do reconhecimento dos sujeitos do campo. Tal compreensão dialoga com a perspectiva de Saviani (2008), ao compreender a educação como prática social inserida em processos históricos e políticos.

Conclui-se, portanto, que a Educação do Campo possui potencial estratégico para promover o desenvolvimento sustentável, a permanência dos sujeitos em seus territórios e a ampliação de suas possibilidades de participação social. No entanto, a efetivação desse potencial está condicionada ao fortalecimento das políticas públicas, à garantia de financiamento adequado e à manutenção dos espaços de participação social, elementos fundamentais para a construção de uma educação comprometida com a justiça social e a emancipação dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: notas para uma análise de percurso**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e formação de professores: desafios e perspectivas**. Brasília: MEC, 2015.